

Espártaco e a política na Antigüidade

Michel Silva
Graduando de História – UDESC
michelgsilva@yahoo.com.br

Resumo: Pretende-se neste artigo, partindo de uma breve reconstrução das lutas políticas travadas em Roma no final da República, localizar a importância das rebeliões escravas, em especial a liderada pelo gladiador Espártaco. É nosso objetivo demonstrar a perda do conteúdo histórico e político nas construções posteriores feitas da imagem de Espártaco, no contexto de “fim da história”.

Palavras-chave: Espártaco; República romana; escravismo antigo; luta de classes.

Introdução

Espártaco é quase sempre apresentado como uma personagem de pouca importância na história política romana, ofuscado pelo nome dos “grandes” homens, como Júlio César e Crasso. Embora tenha conseguido fazer com que seu nome seja (pelo menos) lembrado, é apresentado como figura marginal, deslocada do contexto social e político em que viveu. Hoje, Espártaco é visto mais como um símbolo da luta contra a opressão da escravidão do que como um homem real. Deixou de ser o escravo que, quando se levantou contra Roma, foi um dos fatores que abalaram a política do período e desnudaram muitas das contradições da sociedade romana. Espártaco se tornou apenas uma personagem, tão real quanto o Werther de Goethe ou o Dedalus de Joyce.

Podemos encontrar as raízes desse esvaziamento histórico e político da figura de Espártaco nas lutas entre grupos e classes sociais, da Antigüidade aos dias atuais. Da forma como na maioria das vezes são apresentadas, essas lutas sociais parecem não ter uma base concreta; podem ser resumidas a simples problemas morais. Dessa forma, por exemplo, a busca de melhores condições de trabalho e aumento de salário não expressam um antagonismo na sociedade mas apenas diferentes pontos-de-vista. Nesse sentido, não se admite a possibilidade de contradições intrínsecas à sociedade – muito menos luta de classes – mas apenas disputas de interesses, que podem (e devem) ser resolvidas e harmonizadas.

Ora, assim sendo, nada mais normal que construir heróis que expressem tal harmonia, ou seja, que não procurem no conflito e na rebeldia, mas na conciliação e nos acordos entre as diferentes partes, a resolução dos problemas. Um exemplo desse tipo de herói está no filme *Matrix*, que começou com um grito de “acorde”, em sua trilha sonora, fazendo eco à juventude que se rebelava em 1999 em Seattle, para encontrar, no terceiro filme, uma saída que não rompe nem supera nada. Toda a ordem cíclica, explicada com tranquilidade pelo Arquiteto, não é abalada e, mesmo que Neo tente, não será superada nunca, pois trata-se de um sistema perfeito cuja lógica, muito bem estruturada, funciona como uma perfeita engrenagem. Supostamente, o sistema econômico capitalista é também insuperável, cíclico e perfeito.

O gladiador Espártaco que vemos hoje está inserido nesse contexto ideológico. Em livro relativamente recente, Perry (1999, p. 98-103) consegue contar o período do declínio da

República em Roma sem sequer mencionar as rebeliões de escravos ocorridas nos séculos II a.C. e I a.C. Sua descrição da política prioriza unicamente os nomes que ocuparam funções de governo e no parlamento ou militares. O texto, além de mencionar personagens como os irmãos Graco, fala do acordo, celebrado em 60 a.C., que daria origem ao triunvirato formado por Júlio César, Crasso e Pompeu. Curiosamente, nem sequer é mencionado o fato de Crasso e Pompeu terem sido os responsáveis pela derrota do exército de Espártaco, em 71 a.C. Se comparado ao texto de Perry, Giordani (1968, p. 55) não apresenta diferenças substanciais. Uma única diferença é o fato de a revolta de Espártaco ser mencionada, embora não seja narrada, com o objetivo de descrever a rivalidade entre Crasso e Pompeu e a personalidade vaidosa deste.

Roldán Hervás (1995, p. 220-1), mais cuidadoso, não apenas narra resumidamente a revolta organizada sob a direção de Espártaco como descreve o processo de revoltas populares (não apenas as dos cativos) que estavam acontecendo em Roma. Embora se dedique apenas a narrar fatos, sem expor uma análise mais detida, fica evidente que enxerga os processos políticos relacionados ao declínio da República de uma forma mais complexa do que a mera disputa entre alguns “grandes” homens. Parece-nos, inclusive, que Roldán Hervás (1995), nos eventos que incluem Espártaco, Crasso e Pompeu, parte dos fatos que narra Plutarco (1991, v. 3, p. 312-18) no mais importante (e talvez único, se considerarmos que os textos posteriores conhecidos são em grande parte devedores deste) relato sobre Espártaco.

Como acima sugerimos, a construção que se faz de Espártaco está vinculada a um contexto ideológico específico, onde as lutas sociais são tratadas como fenômenos isolados que expressam uma doença (ou “anomia”, como preferiria certo sociólogo do início do século XX). Ora, toda a crise pela qual passou o socialismo parece ter demonstrado que as lutas políticas radicais, que se propunham a questionar as raízes da sociedade, estavam fadadas ao fracasso. Não havia novo para ser construído, mas apenas o velho para ser reformado, sendo o socialismo apenas uma utopia de tempos distantes. Parecem ter ruído com a União Soviética os escravos da Antigüidade. Não apenas estes homens perderam sua importância, como seus métodos de luta – grandes insurreições – deixaram de figurar entre os modelos que podem ser seguidos. Destes homens, nesse contextos, deve ficar tão-somente um símbolo vazio, sendo preciso inclusive esquecer sua história (até mesmo porque, no mesmo contexto, a história teve seu fim decretado).

Para resgatar Espártaco na História (e a própria História), temos de entender o contexto em que surgem o gladiador trácio e seu exército. Estes não são produto de conchavos políticos nem de fenômeno do acaso, mas expressão concreto de uma realidade complexa.

Os escravos e a política

Em 133 a.C. o tribuno da plebe Tibério Graco propôs a Lei de Semprônia, “que limitava o uso ilegal das terras públicas pelos grandes proprietários, cujos fundos agrícolas não deveriam ultrapassar o antigo limite de quinhentas jeiras (125 hectares), com possíveis acréscimos de 250 jeiras por filho” (FUNARI, 2003, p. 58). Pela proposta de Tibério, as terras retomadas pelo Estado deveriam ser redistribuídas, em lotes inalienáveis, para os cidadãos pobres; aqueles que tivessem de deixar as terras seriam indenizados. Tal proposta, que tinha grande apoio popular e de alguns senadores, teve a ferrenha oposição das oligarquias romanas. Essas oligarquias alegavam que tinham obtido as terras de forma legítima e que as tinham tornado produtivas. Mesmo com essa oposição, a lei foi aprovada, elegendo-se pelo povo comissários (triúnviros) encarregados de distribuir as terras. Mas todos os entraves possíveis foram impostos pelas oligarquias, as quais conseguiram finalmente que fossem supressos os poderes do triúnviros.

Em 124 a.C. Caio Graco retomou o projeto de lei agrária do irmão Tibério, excluindo das distribuições terras que estavam sob o controle de senadores importantes. Em seu programa, defendia “lei agrária, militar, direito de cidadania romana aos aliados itálicos, distribuição de alimentos, reforma judiciária” (FUNARI, 2003, p. 59). Como o irmão, Caio despertou o ódio das oligarquias romanas, que conseguiram fazer com que sua proposta de conceder cidadania aos itálicos fosse derrotada. Caio foi acusado de tramar um assassinato (seu irmão fora acusado de querer proclamar uma monarquia e tornar-se rei de Roma) e declarou-se que a República estava em perigo. Desencadeou-se uma rápida guerra civil, ao final da qual Caio e três mil de seus seguidores morreram.

Todas essas disputas, que se deram no âmbito parlamentar, tiveram como pano de fundo as rebeliões de escravos, marca constante da República romana, dos seus primeiros anos até seu declínio. Tem-se conhecimento de rebeliões que ocorreram em 501 a.C., ou seja, menos de dez anos após a formação da República. Essa como outras rebeliões que se seguiram foram rapidamente combatidas; em alguns casos, descobriu-se as conspirações antes de se darem as

revoltas. Tito Lívio (1984, p. 142) fala de um “distúrbio de grandes proporções entre os escravos na Apúlia”, ocorrido em 185 a.C., que apresenta como uma “conspiração entre pastores que foram responsáveis por um colapso da lei e da ordem nas estradas e nas terras de pasto do Estado como resultado do seu banditismo”.

Mas a primeira grande rebelião de escravos ocorreu pouco tempo antes de as oligarquias terem de se digladiar com os irmãos Graco: os escravos também queriam entrar no cenário político da disputa pelas riquezas que, em sua maior parte, eram eles que produziam. Em 138 a.C., em Enna, na Sicília Central, cativos rebelados apoderam-se da cidade e proclamaram rei o sírio Eunus, o Devoto. Na mesma época, no sudeste da Sicília, sob a direção do macedônio Cléon, mais de cinco mil escravos ocuparam a cidade de Agrigento, recebendo apoio de proprietários arruinados e camponeses sem terra. Em narrativa escrita no século seguinte, comenta-se que os rebeldes conseguiram reunir um exército de duzentos mil homens, que “ganharam renome em muitas batalhas com os romanos e cometeram poucos erros. Quando a notícia disto chegou ao exterior, explodiram revoltas de escravos em Roma (...), em Atenas (...), em Delos e em muitos outros lugares” (DIODORO DA SICÍLIA, 1984, p. 143). Embora os rebeldes tenham derrotado o exército romano em duas batalhas, em 132 a.C. foram suplantados pelas tropas do general Rupilius. Cléon morreu combatendo e Eunus numa prisão romana.

Em 104 a.C. estourou novamente uma rebelião de escravos na Sicília; dessa vez o centro da rebelião era a parte ocidental da ilha. O governador Licinius Nerva teria libertado mais de oitocentos indivíduos, escravizados ilegalmente. Ele obedecia a um decreto do senado que proibia que se escravizasse por dívidas homens livre de povos aliados. Contudo, os grandes proprietários de terra subornaram Licinius para que fossem interrompidas as investigações que averiguavam os cativos que tinham direito à liberdade. Esse foi o estopim de uma sublevação dos escravos, primeiro em pequenos números, depois de forma maciça, tendo à frente o sírio Salvius e o macedônio Athenion. Contudo, essa rebelião foi muito mais rapidamente reprimida que a anterior; os senhores tinham se fortificado nas cidades e não houve um apoio maciço dos escravos urbanos aos rebeldes. Em 101 a.C., a rebelião foi derrotada:

Milhares de escravos participantes do movimento foram executados, na ilha, ou lançados às feras, na arenas romanas. A partir de então, os escravos sicilianos viveram sob o império cotidiano do terror. O simples toque de uma arma era castigado com a sumária condenação à morte. (MAESTRI FILHO, 2001, p. 75)

Não por acaso essas grandes rebeliões se deram justamente na Sicília, no contexto da luta pela reforma agrária em Roma, afinal a ilha era o “celeiro de Roma” (BEER, 1968, p. 99). Essa ilha tinha, antes mesmo da conquista romana, uma economia agrícola, baseada na mão-de-obra escrava, voltada para a exportação de grãos, vinhos e azeite. Era uma ilha com “imensos campos de trigo, plantações de oliveiras, prados sem fim, onde se criavam carneiros. Enormes massas de escravos cultivavam o solo, plantavam árvores frutíferas ou guardavam os rebanhos de carneiros” (BEER, 1968, p. 99). Depois de conquistar a ilha, os romanos nada mais fizeram do que manter e desenvolver as relações de produção que os gregos e cartagineses tinham iniciado. Muitos dos escravos eram capturas de campanhas militares romanas.

Os gladiadores em luta

Espártaco apareceu na história política romana quando a República estava em completa decadência. Mário, que se tornou cônsul em 107 a.C., revogou a exigência de propriedade para ingressar no exército, formando legiões com voluntários provenientes dos pobres da cidade. Tal abertura se deu em função de não haver tropas necessárias para uma campanha na Numídia, norte da África. Formou-se assim todo um corpo de soldados, desiludidos com Roma, que eram fiéis apenas a Mário, de quem ouviam promessas de pagamentos e de concessão de terras.

Essa era uma conjuntura em que o exército deixara de ser um instrumento de governo para se tornar um patrimônio particular dos generais. Com isso, travava-se toda uma disputa na escolha de generais; o Senado preocupava-se em ter no exército comandantes que lhes fossem fiéis. Essas disputas, que colocavam generais rivais em luta uns com os outros, arrastou Roma para um cenário de guerra civil, em nome do fortalecimento das alianças políticas dos generais ou da promoção de suas ambições pessoais. Uma dessas guerras civis se deu pela disputa entre Mário e Sula para decidir qual dos dois comandaria tropas no Oriente. Embora Sula tenha ganho a primeira batalha, tomando a capital, Mário e seu exército logo retomaram a cidade e lançaram-se sobre as tropas inimigas. Sula saiu vitorioso e Mário morto.

Esse foi o cenário em que Espártaco, nascido na Trácia, Bulgária, dirigiu a maior revolta de escravos romanos. Espártaco entrou em cena no ano de 73 a.C. Não se tem informações sobre sua juventude. Sabe-se que foi levado a Roma como prisioneiro de guerra e vendido como escravo. Conseguiu fugir mas, recapturado, terminou vendido ao proprietário de uma escola de

gladiadores, Lântulo Baciato, em Cápua. Espártaco, nas palavras de Plutarco (1991, v. 3 p. 313), era um homem que “juntava à força e à coragem extremas uma inteligência e uma doçura superiores à sua sorte, sendo também mais grego do que sua origem indicava”.

Os gladiadores, dentre os quais era comum suicídios e fugas, eram escravos rebeldes ou prisioneiros fortes e corpulentos. Escravos de vida breve, proporcionavam aos romanos sua maior diversão:

Em um anfiteatro, dois lutadores por vez, armados de capacetes, lanças, escudos, espadas, redes e garfos, pelejavam até que um deles caísse ao solo e ficasse em posição de ser morto pelo adversário. Nesse momento, o público devia manifestar-se, levantando ou abaixando os polegares, para decidir se o perdedor devia ser morto ou poupado para lutas futuras. Caso houvesse lutado bravamente, seria preservado. (FUNARI, 2000, p. 40-1)

Desse futuro trágico pretendiam fugir os duzentos gladiadores da escola de Cápua, mas foram delatados. Mesmo assim, Espártaco e outros 73 gladiadores conseguiram escapar, conseguindo novas armas com o assalto de uma carreta. Eles tiveram de usar logo essas armas – que seriam usadas nas lutas de gladiadores – para lutar contra as tropas enviadas a Cápua para recapturá-los. Venceram essa primeira batalha e “assenhoram-se de armas de guerra que, com muita alegria, trocaram pelas de gladiador, logo jogadas fora como símbolo de desonra e barbárie” (PLUTARCO, 1991, v. 3 p. 313). Essa primeira vitória começou a construir a fama de Espártaco, que se espalhou rapidamente e levou muitos escravos a se sublevarem contra seus donos e se somarem ao exército rebelde: “tiveram consigo imediatamente mais de dez mil homens” (FLORO, 1998, p. 13).

Espártaco ganhou logo apoio maciço de uma população que vivia sob total miséria. “Os escravos e os indivíduos sem propriedades, os estrangeiros e os italianos despojados das terras, atenderam em massa ao apelo de Espártaco” (BEER, 1968, p. 102). Cada novo combate contra os romanos – Campânia, Lucânia, Picenum – dava novas vitórias ao exército rebelde, que recebia mais combatentes. O senado, que não conseguia dar conta de ao mesmo tempo resolver suas disputas internas e guerrear na Espanha, tinha de mobilizar também homens para derrotar um exército que se postava abertamente contra Roma e tinha amplo apoio da população. Era um contexto em que “todos se uniram a Espártaco, que transformou essa multidão heterogênea de homens que chegavam de todos os lados num exército capaz de porta-se convenientemente nos combates” (BEER, 1968, p. 102).

Depois de vitórias sucessivas no sul da península, Espártaco decidiu atacar Roma. Mas, possivelmente considerando seu exército ainda frágil, recuou. Desceu novamente, em direção à Sicília, onde pretendia sublevar os escravos. Em 72 a.C. o governo romano “não mais se sentiu apenas envergonhado pela indignidade de semelhante rebelião: o medo e o perigo convenceram-no, como se se tratasse de uma guerra grave e problemática, a pôr em campo os dois cônsules ao mesmo tempo” (PLUTARCO, 1991, v. 3 p. 314). Um dos cônsules, Gélio, venceu em Apulia uma divisão de escravos que havia se separado do grupo principal. Esse grupo tinha à frente Críxio, até então homem mais próximo de Espártaco, que morreu na batalha. Entre os homens de Críxio alguns conseguiram escapar, justando-se novamente a Espártaco, cujo exército derrotou não apenas a tropa liderado pelo outro cônsul, Lêntulo, como a de Gélio. “Informados desses acontecimentos, os senadores se encolerizaram. Ordenaram aos cônsules que cessassem as atividades e designaram Crasso para a condução da guerra” (PLUTARCO, 1991, v. 3 p. 315).

Crasso era famoso pela grande habilidade militar. Contudo, mesmo com a superioridade do exército romano, no início foi várias vezes derrotado. “A situação tornara-se completamente desfavorável para Crasso que já perdera qualquer probabilidade de vitória, quando, no campo de Espártaco, surgiram discórdias e lutas” (BEER, 1968, p. 106). O exército de Espártaco foi derrotado e massacrado em 71 a.C., após ser encurralado no sul da Itália. “Espártaco foi ferido na coxa por uma lança e ajoelhou-se, segurando seu escudo à sua frente e lutando assim contra seus atacantes até que ele e a grande massa dos que com ele estavam foram cercados e mortos” (APIANO, 1987, p. 144). Depois disso, seis mil escravos sublevados foram crucificados ao longo da estrada entre Cápua e Roma.

Não foi preciso muito tempo para que, após a derrota de Espártaco, a República romana ruísse, pela sua própria degeneração. Entre golpes, conchavos e guerras civis, o Império foi uma tentativa de tentar resolver suas disputas e contradições. Contudo, o nome de Espártaco permanece ainda hoje, embora sua estratégia nunca tenha ficado clara (de forma geral, aceita-se que planejava voltar para sua terra de origem, sem defender a formação de um outro Estado, como nas rebeliões da Sicília). Tornou-se impossível falar das rebeliões escravas da Antigüidade ou das lutas de escravos em geral sem mencionar o gladiador que tanto contribuiu para a queda definitiva da República de Roma.

Décadas após sua morte, entre os escravos, falava-se de seu retorno. Mais de um milênio e meio depois, na América escravista, os senhores citavam o nome de Espártaco quando se referiam, assustados, ao perigo de sublevação de cativos negros escravizados. (MAESTRI FILHO, 2001, p. 77)

Imagens de Espártaco

Temos, com isso, um Espártaco que não é apenas mito e símbolo de resistência, mas um Espártaco que realmente existiu e viveu em certo contexto específico. Esse mito que foi construído, sem dúvida, é devedor de Plutarco, que não apenas narrou a luta de Espártaco como demonstrou evidentes respeito e admiração pela figura daquele homem que tanto havia abalado Roma. Não devemos ter como mero jogo de palavras o fato de Plutarco fazer questão de aproximar aos gregos um escravo de um terra tão distante.

Em Floro (1998, p. 13) parece que também o mito se reproduz. Considera como desonra para Roma a revolta dos escravos, pois trata-se “de uma espécie de homens de segunda categoria, dos quais podemos dispor por causa de nossa liberdade” e fica aturdido quando tem à sua frente soldados escravos e generais gladiadores, vendo nisso “um escárnio aliado à calamidade” (FLORO, 1998, p. 13). Contudo, todo seu texto aponta para um Espártaco imperador, que não apenas celebrou os funerais de Crixio, como, para humilhar os romanos, colocou prisioneiros de guerra para lutar como se fossem gladiadores. Para Floro (1998, p. 14), a morte daquele exército de escravos foi “digna de homens de valor”, e o próprio Espártaco, “combatendo com muita bravura na primeira fila, foi morto como um *imperator*”.

Havia muitos aspectos peculiares em todas aquelas lutas dos escravos, bom como nas lutas dos “pobres” das cidades. No momento em que se davam as rebeliões servis, quando as relações de produção baseadas no escravismo eram as principais, os antagonismos entre escravos e seus donos passaram a ocupar papel central no cenário político de Roma. De uma forma bastante aguda, colocava-se a luta de classes, “uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (MARX; ENGELS, 2005, p. 40). Os escravos, apoiados muitas vezes pela população pobre da cidade e do campo, se colocavam numa luta política contra seus explorados, sem contudo apontar para a superação do modelo de sociedade que havia. O trabalhador escravizado “questionava sua escravidão, não o escravismo. Seu maior desejo seria libertar-se e escravizar seu

senhor. Apenas sob a forma de confusos movimentos utópicos propôs-se uma organização social em que todos vivessem do seu trabalho. (MAESTRI FILHO, 2001, p. 72)

Espártaco não é apenas um símbolo, mas parte de uma classe (ou qualquer nome que se queira atribuir à coletividade dos escravos) que, naquela sociedade, quando se enfrentou com a classe que os explorava, lutava em nome de seus interesses específicos, vinculados a peculiaridades locais e da época. Nesse sentido, da mesma forma que não podemos sacar fora da história romana as rebeliões escravas, não podemos também separar Espártaco do contexto das guerras civis e da queda da República romana. Esvaziar seu conteúdo histórico e político é fazê-lo perder seu valor histórico e político, pois torna-se apenas uma coisa oca.

Produto do medo que os romanos tinham de sua volta, pois seu corpo nunca foi encontrado, parece que legamos a capacidade de ter Espártaco como um fantasma. Com isso, quem o reivindica como símbolo, nada mais faz que alimentar o medo pelo seu fantasma, enquanto os que detém o poder parecem temer que o fantasma de Espártaco volte para colocá-los a lutar numa arena para animar uma massa de gladiadores que desejam se vingar dos terrores que antes tinham sofrido.

Espártaco é um herói com o qual podemos aprender muito. Mas, para tanto, é preciso também restituir a ele seu lugar na história, colocá-lo em seu contexto, mostrar o quanto ele era aquilo que reivindicava com orgulho: um inimigo da Roma que colocava escravos para se matarem frente a uma arena, uma Roma putrefata pela corrupção, uma Roma que voltava as costas para sua própria população e cujos governantes dedicavam-se unicamente a exercício de conquistar aliados e espaços institucionais. Enfim, Espártaco não é um Neo derrotado pela lógica cíclica moldada pelo Arquitecto nem um Potter jovem e puro na luta contra as sombras do Mal. Espártaco pode ser um herói concreto, cujos inimigos eram concretos, que teve uma luta concreta e, principalmente, que deixou um legado concreto.

Referências

APIANO. História das Guerras Civis Romanas [II d.C.]. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **O trabalho compulsório na antigüidade**: ensaio introdutório e coletânea de fontes primarias. 2^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

BEER, Max. **Historia do socialismo e das lutas sociais**: da antigüidade aos tempos modernos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

DIODORO DA SICÍLIA. A primeira guerra servil na Sicília (135-132 a.C.) [I a.C.]. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **O trabalho compulsório na antigüidade**: ensaio introdutório e coletânea de fontes primarias. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FLORO. Espártaco e a revolta dos escravos [II d.C.]. In: PINSKY, Jaime (org.). **100 textos de historia antiga**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Roma**: vida pública e vida privada. 11^a ed. São Paulo: Atual, 2000.

GIORDANI, Mário Curtis. **Historia de Roma**. 2^a ed. Petropolis: Vozes, 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista** [1848]. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAESTRI FILHO, Mário José. **O escravismo antigo**. 18^a ed. São Paulo: Atual, 2001.

PERRY, Marvin. **Civilização ocidental**: uma história concisa. 2^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PLUTARCO. **Vidas paralelas** [I d.C.]. São Paulo: Paumape, 1991.

ROLDÁN HERVÁS, José Manuel. **Historia de Roma**. Salamanca: Universidade, 1995.

TITO LÍVIO. Uma primeira rebelião de escravos na Itália romana [I a.C.]. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. **O trabalho compulsório na antigüidade**: ensaio introdutório e coletânea de fontes primarias. Rio de Janeiro: Graal, 1984.